

LEI N.º 1289/2011

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VALE-ALIMENTAÇÃO/MEDICAMENTOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O povo do Município de Moema/MG, por seus representantes legais aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o vale-alimentação/medicamentos aos seus funcionários públicos ativos.

§ 1º O vale-alimentação/medicamentos de que trata o *caput* é devido também aos agentes políticos, aos servidores contratados e aos ocupantes de cargos em comissão.

§ 2º Exceção-se do disposto no parágrafo anterior o Prefeito, o Vice-Prefeito Municipal, os Vereadores e os Secretários Municipais.

§ 3º O vale-alimentação/medicamento, de que trata esta Lei, destina-se a proporcionar a aquisição de alimentos e medicamentos.

§ 4º Fica, também, a autarquia SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) autorizado a conceder o vale-alimentação/medicamentos aos seus funcionários públicos, contratados e comissionados ativos, devendo estatutária ser regulamentada na forma da lei.

Art. 2º Não terá direito ao vale-alimentação/medicamento, de que trata esta Lei, o funcionário público:

- a) que, no curso do mês, faltar, injustificadamente, ao serviço por dois dias ou mais;
- b) inativo, assim considerado aquele que se encontra aposentado;
- c) afastado para licença especial para concorrer a cargo eletivo.

§ **Único** O vale-alimentação/medicamentos será pago à razão de 50% do valor para a hipótese do funcionário faltar, injustificadamente, ao trabalho uma vez no curso do mês.

Art. 3º O valor unitário do vale-alimentação/medicamentos será de R\$100,00 (cem reais), cujo limite máximo de gastos do Poder Executivo Municipal será de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) por mês.

§ 1º O valor fixado neste artigo será atualizado uma vez por ano, mediante Decreto municipal, devendo ser utilizado como indexador o INPC divulgado pelo Governo Federal, ou outro que vier a substituí-lo, que terá como data-base o mês de janeiro.

§ 2º O crédito do vale-alimentação/medicamentos será disponibilizado para o funcionário público no último dia útil do mês.

Art. 4º O vale-alimentação/medicamentos será fornecido através de cartão-alimentação/medicamentos, ficando o Poder Executivo, desde já, autorizado a firmar contrato com pessoa jurídica desta natureza, através do devido processo licitatório.

Art. 5º O vale-alimentação/medicamentos, de que trata esta Lei, não tem natureza salarial, não integrará a remuneração dos funcionários, bem como não será computado para efeito de cálculo de quaisquer vantagens funcionais, não configurando rendimento tributável e nem integrando o salário de contribuição previdenciário.

Art. 6º Terá direito ao vale-alimentação/medicamentos, o funcionário público municipal ativo do Poderes Executivo e Legislativo e Autarquia municipal, estatutário, comissionado e o contratado, na forma da Lei Municipal n.º 1.170/2009, e do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Art. 7º O funcionário fará *jus* a um só pagamento mensal do vale-alimentação/medicamentos, instituído por esta Lei, independentemente de eventual cumulação de cargos ou funções.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar as disposições desta Lei, por Decreto, no que for necessário.

Art. 9º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações do orçamento vigente, ficando autorizado a abertura de créditos adicionais especiais ou suplementares, se necessário.

Art. 10 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Moema/MG, 25 março de 2011.

Marcelo Ferreira Mesquita
Prefeito Municipal